

124

1

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -  
CONANDA**

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, em Brasília, Distrito Federal, teve início a centésima vigésima quarta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, presidida pelo senhor vice-presidente, José Fernando da Silva, membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, já que, por motivos de força maior, o senhor presidente Nilmário Miranda, não pôde comparecer a assembléia. **Estiveram presentes os conselheiros titulares:** Ivanildo Tajra Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Ana dos Santos Braga, Ministério da Previdência Social; José Luis Gonzaga de Oliveira, Ministério da Justiça; Enid Rocha Andrade da Silva, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Marta Marília Tonin, Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Joisiane Sanches, Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Hanz Fliz Costa Carloni, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Antônio Pereira da Silva Filho, da Confederação Geral dos Trabalhadores; Maria de Lourdes Alves Rodrigues, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulks, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Cláudio Augusto Vieira da Silva, da Fundação Fé e Alegria do Brasil e Mário Mamede Filho, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estiveram também presentes os Conselheiros Governamentais suplentes** que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Mariana Bandeira de Mello Parente Sade, Casa Civil da Presidência da República; José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Meyre France Ferreira Leão, Ministério do Esporte; Helda Renilda Meireles Borba, Ministério da Fazenda; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde e Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Presente ainda os Conselheiros suplentes Governamentais e Não Governamentais: Antonia Puertas Jimenez, Fábio Teixeira, da Associação das Igrejas Metodistas; Waldir Pereira, da Federação Brasileira Cristã de Moços; Maria Luiza Moura, do Conselho Federal de Psicologia; Guitty Moscom, da Assembléia Espiritual das Bahá'is do Brasil. O **vice-presidente** deu as boas-vindas aos presentes e justificou a ausência do presidente, ministro Nilmário Miranda que, em função do episódio ocorrido no estado do Pará, estava em uma reunião com ministros e com o governador daquele estado. O **vice-presidente** lembrou dos importantes trabalhos que o Conanda terá neste ano, como a realização da VI Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, a análise de vários documentos do Conselho que precisam ser debatidos, a exemplo das Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral voltada à Infância e Adolescência, também o aprofundamento da aplicação do Estatuto da Criança e Adolescentes, às crianças adolescentes Indígenas, que teve as discussões iniciadas no ano passado. Disse que no mês de maio acontecerá a Conferência de Promoção da Igualdade Racial e que já houve várias reuniões com a Seppir sobre a participação do Conanda nesta conferência. Fazem parte também das metas, segundo o vice-presidente, a execução do Orçamento-Criança e Adolescente, com destaque para o plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, projeto do Governo Federal que se refere a execução orçamentária dos recursos previstos no valor de sessenta milhões de reais. Na seqüência, o conselheiro **Mário Mamede**, deu as boas vindas aos novos integrantes do Conselho e solicitou que o conselheiro Amarildo fizesse um adendo com informações da reunião sobre o **Caso do CAJE/DF**. Logo em seguida o conselheiro **Amarildo** demonstrou o orgulho em ter a oportunidade de exercer o cargo de Subsecretario de Promoção

dos Direitos da Criança e do Adolescente considerando de altíssima responsabilidade para com a situação das crianças e dos adolescentes brasileiros, confiado a ele pelo Sr Ministro. Disse que a intenção na condução dos trabalhos da subsecretaria é de aprofundar o relacionamento com o Conanda, avaliando as conseqüências das deliberações além de trazer para o Conselho, assuntos que chegam à subsecretaria no que diz respeito à criança e o adolescente. Informou que, em relação ao CDDPH, o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana constituiu uma comissão formada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Conanda, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Defensoria Pública do Distrito Federal para analisar a situação de internação de adolescente no Distrito Federal. Disse que foram quatro reuniões para analisar toda a documentação do Ministério Público relacionada à situação dos adolescentes e que foi feita uma visita ao CAJE sem aviso prévio para se verificar o funcionamento do cotidiano daquela unidade. Após as reuniões, segundo ele, a comissão preparou um relatório de conclusão dos trabalhos que vai ser discutido na próxima reunião do CDDPH. Ele adiantou que o relatório vai sugerir o pedido de intervenção federal no Distrito Federal e pedir que as autoridades diretamente relacionadas ao assunto sejam comunicadas do resultado das investigações. Segundo ele, o pedido de intervenção está baseado em dois pontos fundamentais: o desrespeito sistemático aos direitos humanos, previsto na Constituição; e o descumprimento, por parte do governo do Distrito Federal, de decisões judiciais. Com a palavra, o Sr vice-presidente sugeriu que o Conanda apoiasse o pedido de intervenção para o caso do CAJE. O conselheiro Cláudio lembrou que na Assembléia de dezembro ficaram algumas indicações para Secretaria do Distrito Federal, como um plano de substituição dos policiais. Perguntou se a secretaria havia se manifestado sobre esta indicação e sobre as indicações para o projeto pedagógico. O conselheiro Amarildo informou que não recebeu resposta sobre o assunto na subsecretaria e disse ter conversado com o Sr Paulo Marques que revelou uma série de outras pendências relacionadas a convênios. Explicou que para contribuir com o governo do Distrito Federal, foi feito um primeiro convênio com o CESAM que, infelizmente, houve descumprimento das normas legais inclusive por parte do GDF e que teria de devolver os recursos, o que não foi feito em prazo hábil. Situação semelhante, completou ele, está acontecendo com o convênio que repassou recursos para reforma do CAJE. Segundo ele demorou anos para começar a obra e, quando começou, o juiz entendeu que não era mais suficiente reformar o CAJE, mas sim, fazer uma obra nova. Foi sugerido então ao GDF a transferência de recursos para uma outra obra, na Granja das Oliveiras, mas o governo do Distrito Federal não apresentou a documentação necessária para a autorização da transferência de recursos. Disse que teve uma conversa com o governador com a presença da imprensa e ele assumiu o compromisso de fazer as obras necessárias para solucionar os problema até a metade deste ano, além de ter marcado uma reunião coordenada pela vice-governadora, que foi desmarcada em seguida por ela, e até o momento não foi remarcada. Em seguida a conselheira Elisabete questionou se o próprio Conanda não teria poder de provocar a Procuradoria Geral da República sobre o CAJE sem ter que esperar que o assunto fosse analisado pelo CDDPH. Em resposta, o conselheiro Amarildo disse que o relatório foi feito pela comissão instituída pelo CDDPH e que já conta com a participação do Conanda, através do representante o conselheiro Jecimar. Novamente com a palavra, a conselheira Elisabete sugeriu que a Comissão de Legislação do Conanda avaliasse com rapidez a possibilidade do Conanda provocar a Procuradoria Geral da República, já que o Conselho não precisa de nenhum outro órgão para fazer isto, justamente por também ser um órgão de defesa humana. Ela indagou para que não se tirasse a força do Conanda na ocasião, já que era uma questão de adolescentes internados que estavam sofrendo freqüentes e diárias torturas e violação. O Sr Paulo disse que o Conanda já teria tomado as providências com sua participação na comissão e seu apoio para o pedido de intervenção federal. A seu ver, como o pedido já seria feito pelo CDDPH, era só uma questão de formalidade, já que o Conanda poderia ter tomado a mesma providência. Lembrou que quem irá

pedir a intervenção é o Procurador Geral. Mais uma vez com a palavra, a conselheira Elisabete disse estranhar que a providência tenha sido tomada muito mais rapidamente pelo CDDPH do que pelo Conanda uma vez que quem organizou a audiência pública foi este Conselho. Falou ainda que espera agilidade no desfecho do caso, pois as crianças continuam sendo maltratadas naquela unidade. Disse ainda que não consegue compreender o trâmite interno dessas questões até chegar ao Presidente da República. Citou o caso do Conanda que, mesmo tendo metade dos seus conselheiros governamentais, ainda é necessário que os assuntos dêem uma grande volta até chegar ao Sr Presidente da República. O conselheiro Mário Mamed disse que acreditava que os dois conselhos pudessem, de maneira consorciada, fazer a demanda ao Procurador da República Cláudio Fonteles, porque os dois Conselhos têm responsabilidades indissociáveis e não transferíveis no sentido geral dessa demanda. O Sr **vice-presidente** então deu o encaminhamento para que o relatório fosse analisado pela Comissão de Legislação e Regulamentação ainda naquele mesmo dia, para se verificar a possibilidade de também o Conanda enviar o pedido de intervenção federal. Lembrou ainda que a intervenção não é no CAJE e sim no GDF, sendo uma decisão política e jurídica. O Sr **Tarcísio** solicitou, como questão de ordem, que a comissão fizesse a análise ainda no período da tarde para que no dia seguinte pela manhã, o documento fosse submetido à apreciação na plenária. Pediu ainda, que se verificasse a possibilidade de terem um relato do conselheiro do Conanda que participou da elaboração do documento e que fosse elaborada uma moção de apoio ao documento, para só então encaminhar à Procuradoria Geral da República. O Sr **Tarcísio** alertou que o Conselho tivesse cautela e aguardasse os encaminhamentos do CDDPH. O Sr **vice-presidente** lembrou da impossibilidade do representante do Conanda na comissão, o conselheiro Jecimar, de falar na plenária já que ele não pertence mais ao Conselho. Informou que a secretaria não recebeu nenhuma resposta do GDF sobre os pedidos de providências encaminhadas em dezembro e que as mesmas fossem reiteradas. O conselheiro **Renato** disse que as violações que acontecem no CAJE foram fundamentadas pela visita feita àquele órgão e propôs que se fizesse um pedido conjunto de intervenção pelo Conanda e pelo CDDPH. O Sr **vice-presidente** encaminhou para se esperar o resultado da próxima reunião do CDDPH. A conselheira **Elisabete** lembrou que o Conselho Federal de Serviço Social, o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal da OAB se propuseram a estudar uma ação jurídica conjunta com relação a esta violação, inclusive pela prerrogativa dos profissionais que trabalham naquela unidade como assistentes sociais, psicólogos, advogados. Ela disse que o Conselho Federal de Serviço Social, já havia solicitado à sua assessoria jurídica, um estudo das ações possíveis. O conselheiro **Amarildo** sugeriu que a plenária definisse naquele momento quem seria o representante do Conanda para a próxima reunião do CDDPH, que aconteceria no dia dezessete daquele mês. Sugeriu que este representante apresentasse naquela reunião a proposta formal do Conanda. O Sr **vice-presidente** sugeriu que o próprio presidente do CONANDA estivesse representando o Conselho acompanhado do conselheiro Mário Mamede. Na seqüência, passou-se para a **aprovação da pauta de trabalho**. A conselheira **Elisabete** pediu a inclusão das discussões sobre a Medida Provisória duzentos e trinta que institui no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o PRO-JOVENS. Segundo ela, o programa deveria fazer parte da Política Nacional de Assistência Social, e ser coordenado pelo Ministério de Assistência Social. O Sr **vice-presidente** encaminhou que o assunto fosse analisado antes na Comissão para só então ser debatido na plenária. Sugeriu que, para a assembléia de março, fosse convidado o Secretário da Juventude para participar dos debates e que a Comissão de Políticas Públicas recomendasse a todos os conselheiros a leitura da MP antes da reunião. A conselheira **Antônia** pediu a exclusão do item da Comissão de Legislação e Regulamentação que avaliaria a aplicação da Portaria mil quinhentos e noventa e sete. Segundo ela, não seria oportuno discutir o assunto já que existe uma comissão do Ministério da Justiça, de conhecimento do Conanda, que ainda irá avaliar a Portaria. A seu ver, não é pertinente analisar o

assunto agora e sim quando se tiver um parecer daquela comissão. O Sr **Tarcísio** esclareceu que são duas questões distintas, já que a portaria em questão analisará a classificação para vídeos, CD e DVDS, e que a nova comissão, da qual o Conanda irá integrar, fará a classificação da programação das concessionárias de televisão. Assim, segundo ele, não haveria prejuízo na discussão em decorrência da distinção das duas comissões. O conselheiro **José Luiz** disse que contataria a Secretaria Nacional de Justiça para saber o andamento dessa nova comissão. Esclareceu que realmente já existia uma comissão para discutir programas de TV, mas que agora estava sendo debatida a reavaliação desta portaria. Sugeriu adiar o debate sobre o assunto e tirá-lo da pauta. A conselheira **Enid** pediu para incluir na pauta da Comissão de Políticas Públicas, a realização de um Seminário sobre os resultados da pesquisa sobre convivência familiar. O Sr **vice-presidente** encaminhou a aprovação da pauta com as três inclusões. Em seguida começaram os debates sobre a apresentação da **Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. A Sr<sup>a</sup> **Elisabete Leitão** disse que a referida matriz é um diagnóstico construído e elaborado dentro da Comissão Intersetorial, composta por quatorze Ministérios, além de organismos internacionais, ONG's, sociedade civil e o Conanda. A matriz, segundo ela, é um esforço coordenado do Governo, sociedade civil e organismos internacionais para o enfrentamento da exploração sexual de criança e adolescente. Foi feito um levantamento para saber onde as crianças são exploradas sexualmente no Brasil e na coleta de dados foi possível ter informações sobre a exploração sexual geo-referenciada e também fizeram um levantamento das ações de Governo. Na conclusão dos trabalhos, a matriz sugeriu a atuação em três grandes frentes: o enfrentamento da pobreza, desigualdade e a discussão da diversidade que tem sido feita como uma proposta de governo e da sociedade civil; a segunda, o enfrentamento da impunidade, trabalhando com um sistema de proteção, defesa e responsabilização, principalmente com os outros atores envolvidos; e por fim, propor melhoria da Legislação. Ela explicou como foi feito o levantamento geo-referenciário, que utilizou do relatório da Comissão Mista de Inquérito, da pesquisa do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes lançado no final de dois mil e dois, as denúncias do disque 0800 99 0500, os registros e denúncias do Programa Sentinela, um levantamento da Polícia Rodoviária Federal nas estradas federais brasileiras que mapeia os pontos de prostituição que levam crianças e adolescentes a se prostituírem e trabalhos dos Ministérios sobre o assunto. Ela destacou o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Turismo, de criar um programa de turismo sustentável à infância e falou do mapa que revelou que o Brasil tem novecentos e trinta e sete municípios envolvidos com a questão da exploração sexual. Segundo ela, a matriz aponta como proposta o trabalho articulado e integrado de políticas públicas, principalmente àquelas de enfrentamento à pobreza, de desenvolvimento econômico e social. Destacou ainda os programas do Governo Federal no enfrentamento da pobreza. Disse que nos novecentos e trinta e sete municípios, incluindo áreas de quilombolas e áreas indígenas, a presença da Bolsa Família chega a cem por cento, junto com o Programa de Saúde da Família, além dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Ministério da Educação. Ela falou também do levantamento da presença dos Conselhos Tutelares de Direito, das Varas de Infância, Promotoria da Infância, Delegacias e Varas Especializadas para saber a presença desses órgãos nos municípios focados. Disse ser um equívoco as pessoas pensarem que a exploração sexual infantil fica nos grandes centros e locais glamourosos do país, já que o levantamento revelou que as maiores ocorrências estão nos municípios de vinte a cem mil habitantes, revelando uma interiorização desse fenômeno. O levantamento revelou ainda que a cooperação internacional chega a cento e quarenta e nove municípios com vários projetos, a maioria no Nordeste e Norte do país e que os projetos da sociedade civil e das organizações não governamentais estão presentes em cento e sessenta e nove municípios. Ela disse aos conselheiros que após serem divulgados os dados do levantamento muitos prefeitos dos municípios analisados entraram em contato para falar do encaminhamento dos dados para grupos de trabalho e Conselhos Tutelares.

5

Demonstrou sua vontade de fazer com que os atores sociais, a sociedade civil e outros organismos, estimulem os governos locais para iniciar um mapeamento para saber o número e onde estão essas crianças, adolescentes, meninos e meninas, jovens, feminino e masculino e qual é o número. Ela disse que se tem falado que no Brasil cerca de cem mil crianças e adolescentes estão nesta situação, três mil e quinhentas só em Foz do Iguaçu, de acordo com a OIT. Por fim, a Sr<sup>a</sup> **Elisabeth Leitão** se colocou à disposição dos conselheiros. A conselheira **Tereza** parabenizou a equipe da Sr<sup>a</sup> **Elisabete** pelo trabalho e pediu que ela esclarecesse quais ações concretas os municípios poderão fazer para reverter a situação. A Sr<sup>a</sup> **Elisabete** disse que a proposta é trabalhar com os municípios no sentido de integrar esses atores. Segundo ela, a equipe desenvolveu uma metodologia de trabalho que será disponibilizada aos municípios para começarem atuar na questão. Explicou que se o município recebe uma denúncia, é verificado se a criança está no programa Bolsa Família, então ela é visitada pelo médico da família. Disse que é preciso primeiro despertar os atores locais para temática, sendo uma medida de trabalho conjunto. Informou que já se tem um site do projeto PAIR desenvolvido, que disponibilizará toda a matriz pedagógica de como fazer essa integração de rede e trabalho, como fazer a formação, melhoria e fortalecimento do sistema de garantias de direito, que ficará disponível aos municípios. O conselheiro **Renato** sugeriu que a matriz intersetorial fosse transformada em uma fonte nacionalizável e que fosse atualizada constantemente. O conselheiro **José Eduardo** parabenizou o trabalho, em nome do Ministério do Desenvolvimento e perguntou que ação efetiva de responsabilização o Conanda poderia fazer. Em resposta, a Sr<sup>a</sup> **Elisabete** disse que a matriz, como pode ser atualizada, é um instrumento permanente de diálogo e se transforma quase que num retrato móvel. Segundo ela, a atualização estará disponibilizada no site. Com relação ao Plano Nacional, disse que falta uma ação na responsabilização, o protagonismo juvenil, por exemplo, está muito aquém do que se espera. Em resposta ao conselheiro Eduardo, disse que o sujeito analisador só pode ter resposta quando ele provoca o trabalho, assim a matriz foi feita em um processo de diálogo e de trabalho e, ao gerar trabalho certamente vamos construir os mecanismos de superação nas questões atuais, vale também para a ação pública, pois é necessário provocar o trabalho, para provocar a superação do problema. A conselheira **Maria de Lourdes** disse parecer tímida a ação da Secretaria Especial de Política para Mulheres nessa questão da exploração sexual e sugeriu provocá-la à participação. A conselheira **Marta Tonin**, disse ao parabenizar o trabalho, que a matriz é um ponto de partida muito importante a nível nacional e que teve uma repercussão muito grande em todos os estados. Segundo ela, o que deve despontar em todo este trabalho é o despertar de políticas públicas a nível municipal, de forma que o gestor municipal atue para minimizar a situação ou tenha ações de caráter preventivo. A conselheira **Maria Luíza** comentou o trabalho desenvolvido no estado de Goiás junto com a Universidade Católica que já existe a vinte e um anos, feito com crianças e adolescentes. De acordo com seu relato, nos últimos seis anos o projeto tem focado na violência sexual da criança e do adolescente. Disse que também fizeram um levantamento onde se averiguou cento e setenta pontos de exploração sexual infantil, só na cidade de Goiânia. Em seguida, a Sr<sup>a</sup> **Elisabete** sugeriu que o Conselho reforçasse a idéia do governo intensificar as ações para combater este problema. Ela disse não conseguir entender o porquê do programa Sentinela não decolar. A seu ver, disse que o Ministério do Desenvolvimento Social precisa vir para o Conanda com uma prontidão maior em relação ao Sentinela. Sugeriu ainda que a Subsecretaria e o Ministro Nilmário Miranda levassem ao Presidente Lula este mapeamento, para que o Sr Presidente pudesse incluir esta agenda em suas relações internacionais, já que é uma pauta de governos. Com a palavra o conselheiro **Pedro**, sugeriu fazer uma ampla divulgação da matriz na mídia. Segundo ele, a mídia diariamente entra nas casas das pessoas e pode ser aliada para a criação de uma melhor consciência. Ele disse que a exploração sexual infantil, em alguns lugares não é só questão econômica, algumas vezes é também questão cultural. Ao se utilizar da mídia, disse ele, o levantamento não ficará só dentro de um organismo, mas ao ser noticiado em jornais, na

televisão, a sociedade ajuda nos debates, ajudando a Comissão. Já o conselheiro **Hanz** disse que o trabalho deve seguir também para outras áreas, outros problemas que o Brasil tem em relação à criança e ao adolescente. Demonstrou sua preocupação no repasse de recursos para esses municípios, que pode não chegar a quem precisa. Segundo ele, ao se constatar que estas crianças, que são de famílias empobrecidas, crianças em situação de vulnerabilidade, deveriam obrigatoriamente, participar de programas como o do PETI. Em resposta às colocações, a Sr<sup>a</sup> **Elisabete Leitão** disse que a Secretaria de Política para as Mulheres está, em termos, no programa. Falou que o corte de gênero pode ser até mais incisivo no planejamento de ações já que são crianças e adolescentes e muito mais meninas do que meninos, embora se tenham meninos, mas que o mais grave é a criança pequena em material pornográfico, a pedofilia pela Internet ou mesmo na situação de grave abuso com estupros de crianças pequenas, que tem chocado a sociedade e que estão sendo trabalhadas na Secretaria Especial. Com relação às políticas públicas, ela disse que o próximo passo é fazer melhor a integração. Esclareceu que a matriz é um começo, um passo que mostra o problema e pede soluções. Quanto ao programa Sentinela, disse que ele deixa de ser um programa para ser um serviço continuado, que precisa ser incrementado com metodologias mais específicas para fazer o atendimento, a exemplo da situação de tráfico, turismo sexual. Revelou que já está em processo de discussão interna o projeto de se fazer um re-estudo do Sentinela, para ser muito mais eficiente. Com relação à mídia, disse que primeiro se está trabalhando nas metodologias de integração da rede de informação, na rede dos municípios, mas sabem que um ator principal e fundamental é a comunicação e a mídia. Revelou que há a previsão de um trabalho com publicitários, como o Jornalista Amigo da Criança, trabalhando também aquele que muitas vezes faz perpetuar a cultura do desrespeito à criança. Disse que as ações ao incluir programas de enfrentamento a pobreza, combaterá também a exploração sexual. Por fim, elogiou a experiência de Goiânia, e disse que os conselhos de direito precisam assumir a questão da temática da defesa da criança e na discussão das políticas de integração. Com a palavra, o conselheiro **Eduardo** esclareceu que o MDS participa da Comissão com a Sr<sup>a</sup> Helena que é responsável pelo Programa de Atendimento Integral à Família, e com o Sr Joselino que lidera o Programa Sentinela, que não só deve ser mantido, mas aperfeiçoado e ampliado neste ano para todos os municípios. A Sr<sup>a</sup> **Elisabete Leitão** disse que será discutido com os Estados, maneiras de fortalecimento da forma de trabalho em cada município, discutindo a questão também nas Assembléias Legislativas, em fóruns das Comissões Parlamentares, nas Comissões de Direitos Humanos, nas próprias Prefeituras. Citou o exemplo na Bahia, que no Carnaval houve uma diminuição de quarenta e um por cento de casos de violência sexual ou estupro, dados da Vara Especializada de Violência Contra a Criança, que foi divulgada pela mídia e que na própria matéria mencionava uma campanha nacional e a articulação entre órgãos e atores, sobre o assunto. Ao finalizar, agradeceu as contribuições de todos e disse que as sugestões serão levadas para a Comissão Intersetorial. Em seguida, foi sugerido que o trabalho da matriz fosse apresentado em outros Conselhos Nacionais, como CNAS, Conselho Nacional da Mulher, Saúde, justamente com a intenção de integração e de envolvimento cada vez maior das políticas voltadas para essa temática. Foi sugerido também que, em relação à questão orçamentária, o Conanda disponibilizasse junto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para todos os novecentos e trinta e sete municípios o material da pesquisa, encaminhado através de ofício chamando a atenção que este ano será elaborado o Plano Plurianual de cada município. Essa comunicação é importante para cada prefeito, cada Câmara de Vereadores e para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e da Adolescência. A Sr<sup>a</sup> **Fátima** lembrou que dos novecentos e trinta e sete municípios pesquisados, apenas em cento e dez existiam Conselhos Tutelares. Pediu para que fosse feito um encaminhamento a estes municípios para lembrar da importância da implantação desses Conselhos, além de sua capacitação e instrumentalização. Em seguida, a conselheira **Cristina** sugeriu apresentar o trabalho no Fórum Inter-governamental da Secretaria Especial de Políticas

de Promoção da Igualdade Racial. O Sr **vice-presidente** parabenizou a equipe pelo trabalho e em seguida deu continuidade à Assembléia, explicando aos novos participantes o **funcionamento das quatro Comissões** que são: Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Comunicação e Articulação, Comissão de Orçamento e Finanças, e Comissão de Legislação e Regulamento. Apresentou a coordenação de cada uma delas: a conselheira Teresa, nas Políticas Públicas, o conselheiro Ivanildo, na Legislação e Regulamentação, a conselheira Laura na Articulação e o conselheiro Cláudio, na de Orçamentos e Finanças. Pediu para que as comissões analisassem a planilha com o levantamento de ações públicas pendentes do ano de dois mil e quatro. O Sr **Tarcísio** pediu que a indicação de um representante do Conanda na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil que teria sua primeira reunião no dia vinte e quatro daquele mês, para substituir a conselheira Isabel e a Sr<sup>a</sup> Nágla. A conselheira **Maria de Lourdes** disse ter participado, com a conselheira Elisabete, de algumas ações com relação a FEBEM de São Paulo e disse ter enviado aos conselheiros um relatório sobre o assunto, no qual apresenta propostas de encaminhamento para o Conanda. Ainda em sua fala, informou que a Fundação ABRINQ lançou uma campanha sobre as eleições de Conselhos Tutelares e pediu para que o fato fosse divulgado pela Comissão de Articulação e Comunicação. Em seguida, foi proposto pela conselheira Marta Tonin que a Comissão de Legislação organizasse um Seminário sobre o **Projeto de Lei de Adoção**. A Conselheira Elisabete lembrou que no dia quatorze de dezembro do ano passado houve uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para análise desse Projeto de Lei, com sua participação representando o Conanda e com inúmeros militantes de Movimentos da Infância, dos Movimentos dos Direitos Humanos, Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares. Disse que, ao falar pelo Conanda, posicionou-se frontalmente contra o Projeto de Lei de Adoção, como se havia discutido na Assembléia, baseada nos princípios que a própria Comissão discutiu, de que o Projeto de Lei não inova. Segundo ela, na ocasião a Deputada Luíza Erundina, que estava na audiência pública, propôs que liderassem um movimento de criação de um substitutivo ao Projeto de Lei. A conselheira **Antônia** disse que a única alteração nas Comissões seria a do conselheiro Eduardo, do Desenvolvimento Social, alterando seu acento da Comissão de Articulações e Comunicação para a Comissão de Orçamento. Orientou otimizar o trabalho das Comissões e solicitou aos coordenadores para que fossem eleitos apenas os itens essenciais para aquela plenária. Perguntou qual seria a comissão responsável pela sexta Conferência. Sugeriu que a avaliação das ações poderia ser feita na Assembléia de março. Disse que as comissões de Políticas Públicas e Articulações e de Comunicação estavam com sobrecarga de trabalho. Em seguida, o Sr **vice-presidente**, proferiu os encaminhamentos. Quanto a Comissão da Conferência, orientou que todas as comissões conversassem sobre o assunto, mas, a seu ver, a Comissão de Articulação e Comunicação ou a Comissão de Políticas Públicas deveria ficar com o tema da Conferência. Disse que a idéia de se criar um grupo de trabalho significaria aumentar as agendas de trabalho. Logo após a conselheira **Elisabete** disse que o posicionamento sobre o Seminário após audiência pública sobre o projeto de lei da Adoção que a posição do Conanda havia sido cobrada na PUC/SP, por trezentas pessoas da plenária. Falou que foi aplaudida quando disse que o Conanda era contra o Projeto de Lei de Adoção. Disse que se encontrou com o ministro Nilmário Miranda para solicitar a assinatura dele na manifestação formal do Conanda. Disse que o juiz, em São Paulo, não se conformou quando foi apresentada a manifestação do Conanda, assinada pelo ministro. Afirmou a importância do Seminário para esclarecer a posição contrária do Conanda sobre o Projeto de Lei de Adoção e para oferecer chances das pessoas se colocarem, debaterem, exporem seus motivos, mesmo que o Conanda já tenha sua posição por conta do Projeto ferir os direitos ínfimos da criança e do adolescente, da mãe que destituída do poder familiar e pelo direito internacional, já que se colocou um artigo prevendo a adoção em países que não ratificaram a Convenção da Adoção. Ela pediu uma atenção maior na organização do Seminário. Em seguida, o Sr **vice-presidente** deu por encerrado os trabalhos da parte da manhã e convocou os participantes para os trabalhos

nas Comissões no período da tarde. No dia dezesseis o Sr vice-presidente abriu os trabalhos do dia com a discussão sobre a reposição das comissões do Conanda. Com a palavra, a conselheira **Maria das Graças** pediu que a discussão sobre o assunto fosse tratada na plenária do mês de março, em vista da avaliação de planejamento, mas sugeriu que as comissões permanecessem compostas da mesma forma acrescentando apenas os novos conselheiros. Em seguida fez um breve relato da composição das comissões. O Sr vice-presidente encaminhou que também a composição das comissões fosse debatida na plenária de março condicionada ao trabalho do planejamento, o que foi aprovado pelos presentes. Passou-se para os debates sobre a Conferência. A conselheira **Maria das Graças** sugeriu que houvesse uma comissão especial para tratar da Conferência. Comissão esta que seria composta paritariamente com outros representantes. Indicou, em termos da Sociedade Civil, a conselheira Beatriz, a conselheira Julia, a conselheira Marta, além de sua pessoa. Disse que a comissão especial deveria se reunir ainda naquela plenária para apresentar os indicativos na reunião de março para que fossem feitos os encaminhamentos para os conselhos estaduais. O Sr vice-presidente disse então que seriam doze pessoas, duas de cada comissão e as quatro da Sociedade Civil. A conselheira **Antônia** fez um adendo à proposta ao sugerir que dos oito representantes do Conanda na comissão especial, quatro seriam governamentais e quatro da Sociedade Civil. Sugeriu também a inclusão de técnicos profissionais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, nomeados por meio de portaria do Ministro. A idéia dela é que fosse uma comissão conjunta da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Conanda. Sugeriu ainda oferecer mais amplitude à comissão dando a possibilidade dela se subdividir em grupos de trabalho. O conselheiro **Antônio** disse que se a comissão for conjunta, ela deixa de ser paritária. Sugeriu que a Secretaria entrasse apenas como apoio. O Sr vice-presidente avaliou que no texto da resolução já fosse especificado quem seriam os conselheiros do Conanda e quem seriam os assessores técnicos da comissão. A conselheira **Antônia** disse que a proposta deixaria em aberto, com a possibilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos indicar qualquer pessoa, até mesmo o próprio Ministro. O Sr **Pedro** sugeriu que entre os quatro governamentais, um fosse o Ministro. O Sr vice-presidente encaminhou então para que a comissão especial fosse paritária, formada por quatro representantes do governo e outros quatro da Sociedade Civil, mais a assessoria técnica, que ficaria por conta da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. A conselheira **Maria de Lourdes** disse que apresentaria a proposta detalhada na próxima assembléia do Conanda, para se enviar o projeto da conferência para os estados. Já a reunião com os representantes da Sociedade Civil ficou marcada para a sexta-feira, dia vinte e cinco. O Sr vice-presidente encerrou lembrando que os quatro representantes da Sociedade Civil já estariam indicados e que os quatro representantes do governo ainda seriam definidos. Fez um **informe sobre o calendário da Conferência**: A etapa municipal acontecerá até trinta de junho, as conferências estaduais, em agosto e setembro, e a conferência nacional de vinte e um a vinte e cinco de novembro, em Brasília. Participação e Garantia de Direitos - Por uma Política para Crianças e Adolescentes. Já o objetivo geral é contribuir para a articulação e efetivação da política para a criança e o adolescente. Segundo ele, faltava acertar alguns pontos como objetivos específicos, metodologia, critérios de participação, programação, palestrante da abertura da conferência. Disse que a participação de adolescentes deve ter momentos juntos e separados com os adultos. Alertou que os conselhos estaduais estavam cobrando as informações para começarem organizar as conferências municipais e que se o material só for mandado em abril, os conselhos teriam apenas sessenta dias para realizar todas as conferências, o que seria praticamente impossível. O conselheiro **Ivanildo** solicitou um tema mais direto. O Sr vice-presidente justificou que o tema já havia sido informado aos municípios e que não haveria tempo hábil para alteração. Logo em seguida, teve início o debate sobre **Projetos Esportivos Sociais**. O Sr **Alcino**, chefe de gabinete da secretaria executiva do Ministério do Esporte e presidente da Comissão de Chancela dos Projetos Esportivos Sociais disse que a comissão foi criada pelo Conanda e tem como membros os conselheiros Cláudio,



Teresa e Roberto Leal. Explicou que o convênio assinado entre o Ministério do Esporte e o Conanda não havia sido realmente efetivado. Disse que desde o ano passado começaram algumas iniciativas para efetivação do projeto. Entre elas, a aprovação, pelo Conanda, de mudanças na resolução sobre o assunto, a constituição de uma nova comissão chancelar e a publicação de um novo edital para a apresentação de projetos. O Sr Alcino apresentou aos conselheiros a cartilha que, entre outras coisas, explicava detalhadamente como o doador poderia fazer sua contribuição para financiar o projeto. Também explicava para os responsáveis pelos projetos que os mesmos deveriam ser apresentados ao Ministério do Esporte e depois submetido à aprovação do Conanda. Informou que no site do Ministério todas as informações estavam disponíveis. Disse que no ano passado conseguiram efetivar três convênios, um em Minas Gerais, um em São Paulo e outro em Brasília, com valores de quase três milhões de reais, que permitiu o atendimento à aproximadamente três mil crianças. Informou que haviam treze projetos já chancelados e que agora dependiam de aprovação na plenária do Conanda. Explicou aos conselheiros os procedimentos para aprovação e execução dos projetos. Falou da expectativa do ministro do Esporte para o lançamento do programa em uma reunião da CNI com os presidentes de todas as federações industriais do país. Disse que tanto o ministro Nilmário quanto o presidente do Conanda, haviam sido convidados. Falou também da intenção de se fazer um evento em São Paulo para o lançamento do material que vai contar também com cartazes e folders. Falou do principal programa do ministério, o Segundo Tempo, que visa estimular e democratizar a prática esportiva entre crianças e adolescentes, em especial as do ensino fundamental no contra turno escolar. Segundo ele, o programa tem hoje oitocentas e dez mil crianças atendidas em todo o país e a meta é chegar a um milhão de crianças atendidas no primeiro semestre. O Sr **vice-presidente** perguntou se a Comissão de Orçamento e Finanças havia analisado os treze projetos. O conselheiro **Cláudio** respondeu que a comissão havia avaliado os projetos mais que nem todos foram aprovados. Quatro deles tiveram problemas. Disse que não poderiam fugir do objetivo central que é o esporte. Quanto aos outros, satisfizeram as exigências. A conselheira **Elisabete** perguntou como era feita a análise dos projetos e se a função de construção de espaços esportivos públicos não era de responsabilidade das prefeituras. Indagou se o projeto "Vento em Popa", que fomentaria a prática esportiva em áreas abertas, com vela, iatismo, para crianças e adolescentes de oito a dezessete anos, era justificável já que o iatismo é um esporte, a seu ver, da elite neste país. Disse que infelizmente, não são todos que conseguem ter barcos e equipamentos. Em sua reflexão, disse que o projeto propiciaria aos garotos aprenderem a velejar e depois dessa idade não praticariam mais. Em sua opinião, o projeto foge da idéia de um esporte mais coletivo como prática educativa, como inserção, apesar de ser importante do ponto de vista de criação de resistência e disciplina. Em resposta, o conselheiro **Cláudio** disse que os projetos que envolvem construção estariam associados ao fomento da prática desportiva também, não exclusivamente à construção. O orçamento segundo ele, é voltado também para a manutenção das práticas desportivas. Esclareceu que, a questão do poder público, estaria prevista no edital. Sobre a pergunta do projeto número dois, ele disse que também tem viés para a prática esportiva, com processos de aprendizagem, de construção, de iniciação profissional, enfim uma série de aspectos envolvidos. Concordeu ser um esporte individualista e marcadamente de uma classe social que tem o poder aquisitivo elevado, mas disse que o edital não previa tal restrição. Falou que deste ponto de vista, talvez não seria possível aprovar o projeto. O Sr **Alcino** disse que a Legislação brasileira não estipula, na questão de construção e de equipamentos esportivos, que são atribuições dos municípios, dos estados e da União. O fato, segundo ele, é que o orçamento é comprometido com a construção de equipamentos esportivos. Saliou que um dos critérios do edital era que as crianças relacionadas deveriam estar na maior vulnerabilidade social e que era preciso justificar a necessidade social de cada projeto, o público que seria atingido e a necessidade objetiva do ponto de vista social. A conselheira **Meire** disse que era uma oportunidade de um esporte de elite

estar fazendo a parte social. O conselheiro **Pedro** disse os projetos têm um custo per capita alto que vão desde vinte e nove reais por mês até a seiscentos e setenta e nove reais. Disse que os valores estariam fora da estimativa de um projeto social. Na oportunidade perguntou como os projetos serão acompanhados. O conselheiro **Hans** disse que havia a necessidade do Conanda avaliar o custo eficiência de cada um dos projetos. Perguntou qual seria a política do Conanda para financiar os projetos e se o conselho financiaria os projetos de construção ou não. O Sr **Alcino** justificou o orçamento e disse que a comissão avaliou vários orçamentos que foram indeferidos pelos custos absurdos, como um projeto que previa um custo anual de mais de cinquenta mil reais para um único professor. Disse que existe um modelo de análise com padrão pré-determinado e que buscam verificar detalhes do orçamento. Garantiu aos conselheiros que as análises dos orçamentos são feitas com segurança pela Comissão de Chancela. O Sr **vice-presidente** agradeceu a exposição do Sr. Alcino e da Sr<sup>a</sup> Fernanda, em nome dos conselheiros e passou para o **relato das comissões**. Com a palavra, a conselheira **Marta Tonin** falou pela Comissão de Legislação e Regulamentação. De acordo com ela, o debate sobre a portaria que trata da classificação indicativa do Ministério da Justiça, contou com a participação do Sr José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça. A Comissão decidiu adiar os debates para o mês seguinte, em um grupo que estava sendo formado pelo Ministério da Justiça. Com relação ao Projeto Lei da Adoção, lembrou, ao se consultar as Atas anteriores, que o parecer contrário ao Projeto Lei da Adoção elaborado pela comissão foi lido e aprovado por unanimidade na plenária do dia cinco de outubro. Lembrou que na última assembléia foi aprovado que o Conanda deveria fazer entre fevereiro e março um seminário para discutir o conteúdo do Projeto Lei de Adoção inclusive junto com a frente parlamentar. Disse que a comissão entendeu que já existe um parecer, assinado pelo Ministro Nilmário Miranda e que foi inclusive divulgado na Assembléia Legislativa de São Paulo, no evento promovido por aquela instituição. Sugeriu que fosse feita uma apresentação interna dos pontos do projeto para os novos conselheiros antes de se fazer um seminário público, demonstrando didaticamente porque o projeto está em dissonância com os princípios da Doutrina da Proteção Integral. Quanto ao caso do CAJE, a comissão decidiu que se deveria ter a indicação de um conselheiro para representar o Conanda na reunião que vai acontecer no CDDPH, bem como, para propor a federalização dos crimes de homicídio e tortura, ocorridos dentro do CAJE. O Sr **vice-presidente** encaminhou, sobre a portaria, para se aguardar o trabalho feito pelo grupo a ser constituído. Sobre o caso do CAJE a conselheira **Antônia** alertou para a gravidade e complexidade da proposta de apoio do Conanda à intervenção por conta da dimensão política. O Sr **vice-presidente** disse que a comissão criada pelo conselho da pessoa humana também faz a mesma indicação. O conselheiro **Cláudio** disse que o Conanda já endossou o relatório e as indicações da comissão e que não se pode deixar de cumprir o papel do conselho dentro da organização do estado brasileiro, já que adolescentes estão morrendo e sendo torturados. Mas lembrou que a decisão dependia de outros poderes, de outras conjunções que fogem da governabilidade. Disse que se o CDDPH não seguir as recomendações da comissão especial dedicada para isso, o Conanda deveria aprovar, independentemente a deliberação do conselho. Com a palavra, o conselheiro **Renato** apoiou esse posicionamento, por achar que o pedido de intervenção está justificado no reiterado dos cumprimentos de ordens judiciais. O conselheiro **Amarildo** disse que o que está sendo apresentado ao CDDPH não é uma solução, e sim um caminho jurídico que pode ser discutido. A conselheira **Teresa** reforçou a idéia de que o Conanda deveria ter uma atitude mais pró-ativa, uma presença maior do ponto de vista de cobrança, na questão de violação de direitos. O Sr **vice-presidente** fez o encaminhamento, após aprovação da plenária. O representante escolhido pelo Conanda participará da reunião para endossar a posição de intervenção, esperando que o CDDPH tome a mesma decisão. Se o CDDPH definir pelo não, o próprio Conanda fará o encaminhamento. O Sr **Paulo** disse que a experiência obtida na Comissão de Defesa da Pessoa Humana foi positiva ao se elaborar, em

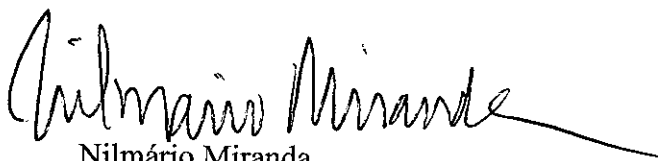
apenas três meses, um relatório, levantando muitas informações. Propôs que o Conanda incorporasse essa metodologia, criando comissões especiais com integrantes de diversos estados para montar um relatório e propor encaminhamentos nesta mesma linha. Na seqüência o conselheiro **Mário Mamede** fez um **informe de urgência**. Disse que havia uma área de ocupação, chamada parque industrial em Goiânia, com cerca de três mil casas construídas, muitas de alvenaria. A ocupação, existente há aproximadamente três anos, foi visitada por vários candidatos no período eleitoral recente, anunciando a normalização da área, regulamentação, urbanização, melhorias nos serviços sociais, nos serviços da prefeitura. Disse que cerca de doze mil pessoas habitavam a ocupação, e que não estavam dispostas a sair do local considerando serem merecedores. Disse que existe uma situação de tensão no local por conta da determinação judicial para que houvesse a reintegração de posse. Ele informou que recebeu uma comissão vinda de Goiânia com a Deputada Luciana Genro, o Deputado Mauro Rubem e representante do Senador Demóstines. Disse que passaram a contatar várias autoridades, como o Governador do Estado, o Prefeito Municipal de Goiânia, o Presidente do Tribunal de Justiça e com a procuradora Geral de Justiça de Goiás, a Dr<sup>a</sup> Laura Bueno. Falou que a situação era extremamente tensa e denunciou a situação de violência. Disse ter falado com o Governador, em nome da Secretaria, demonstrando a preocupação com a situação de violência que poderia acontecer e com a posição contrária a ação da polícia, já que não era uma desapropriação, e sim uma reintegração de posse, no qual a lei proíbe de maneira clara que seja feita à noite. Disse que, após os acertos a operação militar aconteceria nas primeiras horas do dia seguinte. Descreveu aos conselheiros a situação da população daquela região após a sua visita. De acordo com seu relato quando já estava de volta à Brasília, a operação iniciou e pouco tempo depois chegou a informação de que haviam pelo menos onze mortos, entre os quais três crianças. Informou que o ministro estava se deslocando para o local com intuito de estabelecer a sustação imediata da operação e tomar parte da realidade grave que está acontecendo. Mostrou sua indignação pelo acontecido. Disse ser uma tragédia anunciada, um massacre, um assassinato. A conselheira **Elisabete** propôs que o Conanda fizesse uma manifestação imediata de repúdio a ação policial, questionando o senhor Governador, o senhor Prefeito e as autoridades locais e os responsáveis pelo extermínio. Também que se colocasse de imediato tal repúdio no site do Conanda. O conselheiro **Mário Mamede** concordou com a sugestão e disse que seria um bloqueio enorme porque a imprensa e as autoridades estavam sendo mantidas bastante afastadas do local. A conselheira **Maria Luiza** testemunhou, por ser de Goiânia, que vinha acompanhando com aflição os desdobramentos do caso. Disse que várias crianças, num primeiro momento, foram usadas para fazer a defesa, uma barreira humana, crianças estavam sendo expostas. Afirmou a importância de um pronunciamento para somar à voz das poucas vozes corajosas que estão dizendo que tem alternativas para resolver o caso. A conselheira **Joisiane** pediu unidade de vários setores no sentido de garantir a vida e de garantir que a terra seja uma lógica de produção, uma lógica de vida e não uma lógica de morte e de sangue. Informou que o Movimento Nacional de Direitos Humanos iria articular celebrações, atos e manifestações em todo o país, no dia em que faria sete dias da morte da irmã Doroty. Seriam momentos para refletir e reafirmar a posição no sentido de que a terra é produção, é vida e não pode ser usada numa outra lógica que seja a lógica da depredação ambiental, da exploração, do lucro, negando a vida. O Sr **vice-presidente** encaminhou para que a conselheira Maria Luisa e a conselheira Joisiane produzissem um documento com o posicionamento do Conanda para ser apresentado ao plenário e após aprovado, ser enviado para os meios de comunicação e para as autoridades. Passou-se para a discussão da **eleição da presidência e da vice-presidência do Conanda**. Com a palavra, o conselheiro **Cláudio** disse que a sugestão dos representantes da sociedade civil no Conanda, era que se fizesse um rodízio na presidência. Segundo ele, a indicação do nome para a presidência, foi consenso para o atual vice-presidente, conselheiro Fernando, que passou a compor a chapa como presidente, representando a sociedade civil. Em seguida, a conselheira **Elisabete** disse que

fizeram um balanço de que algumas iniciativas que estão sendo colocadas politicamente neste país fazem retroceder as poucas conquistas que se teve na área da criança e do adolescente, por exemplo, o risco com o conselho da Juventude. Afirmou a indicação do conselheiro Fernando. O conselheiro Amarildo foi indicado à vice-presidente. O conselheiro **Amarildo** disse que se esforçaria para corresponder à indicação a vice-presidência e trabalharia para fazer um trabalho de colaboração e disse estar tranqüilo tendo respaldo muito grande da equipe que considera da mais alta qualidade para ajudar nas deliberações do Conanda. O Sr **vice-presidente**, agora **novo presidente**, em seu discurso agradeceu o voto de confiança de todos os conselheiros e conselheiras, e disse que inaugurará um formato de funcionamento, a lógica de coordenação seria mais presente, significando que trabalharia com as coordenações e a vice-presidência, inclusive na elaboração das pautas. Falou dos desafios em ano de Conferência e registrou a contribuição efetiva do ministro da Secretaria dos direitos Humanos à questão da Criança e do Adolescente. Em seguida deu por encerrado os trabalhos da manhã, convocando os conselheiros para a continuidade da plenária às quatorze horas. No período da tarde, continuou-se o **relato das comissões**, prosseguindo com a de Orçamento. A conselheira **Julia** disse que na discussão sobre o Projeto de Lei das Medidas Sócio-Educativa, ficou definido que nos dias onze e doze, ou dezessete e dezoito de março seria realizada uma oficina, organizada pela Comissão de Medidas Sócio-Educativas, para aprofundar o projeto antes de se mandar para o Congresso Nacional. Disse que a Comissão se encontraria para fazer uma sistematização do projeto para, então apresentar na plenária de março do Conanda. Com relação ao orçamento, disse que precisava se confirmar o repasse dos seiscentos mil reais. Detalhou alguns pontos do orçamento mostrando que a execução é baixa, devido às doações terem chegado no final de dezembro que agora serão executados em dois mil e cinco, sendo que a maioria, já comprometido com a continuidade de convênios. Solicitou que a Sr<sup>a</sup> Cristina apresentasse na plenária seguinte um informe da situação problemática dos convênios com o governo de Pernambuco e com o da Bahia. Apresentou ainda um balanço das novas doações recebidas pelo Conanda. Propôs que se fizesse uma nota técnica que resumisse o comportamento dos recursos entre dois mil e três e dois mil e quatro, bem como as projeções para dois mil e cinco, e que estas informações fossem acessíveis. Disse que o conselho deveria produzir uma nota para fazer um movimento político já que a dotação orçamentária na área da infância vem caindo muito nos últimos anos. Sugeriu que já se fizesse uma discussão aprofundada de modo a intervir no orçamento do ano de dois mil e seis. O conselheiro **Amarildo** disse que é papel do Conanda promover um debate político para se definir o orçamento ideal. O conselheiro **Pedro** disse que a área da infância é maior que a área de proteção especial. Falou da solicitação de continuidade do convênio com o Centro de Defesa de São José dos Campos que já vinha sendo financiado um convênio de assessoria jurídica para atender os adolescentes em conflito com a Lei, inclusive com recursos da Petrobrás. O conselheiro **Amarildo** esclareceu que no caso de São José dos Campos houve alguns equívocos. Falou também das discussões em torno do projeto apresentado pela Sr<sup>a</sup> Leilá sobre o encontro do UNICEF no semi-árido para se realizar uma oficina do Plano Nacional de Registro Civil em Petrolina e Juazeiro envolvendo cartórios, conselhos, conselhos tutelares. Explicou que seria um encontro ligado à Campanha do Registro Civil. O Sr **Paulo** disse que repassou aos conselheiros, por e-mail, a proposta de emenda para que todos analisassem e mandassem retorno com contribuições até o dia quatro de março, para que ele preparasse o material para a assembléia seguinte. Segundo ele, a intenção é aprovar na próxima assembléia a proposta para a área sócio-educativa e que fosse mantido o prazo de trinta de março para que todos os estados, municípios e ONG's apresentem os projetos. Foi solicitado os prazos para a área sócio-educativa: até trinta de março para que os governos estaduais mandassem o plano, até quinze de março para as ações de municípios e ONG's. Já para a área de promoção e defesa e exploração sexual, até trinta de abril para os projetos serem enviados para a comissão fazer as avaliações. Em seguida, foi sugerido que, considerando os trâmites dos projetos, se divulgasse o cronograma de recebimento, análise e

prorrogação de projetos antes mesmo do procedimento estar aprovado. O Sr **presidente** encaminhou para que se mandasse o material para os conselhos estaduais e que se colocasse no site. Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> **Cristina** fez alguns esclarecimentos sobre os recursos da CHESF. A conselheira **Josiane**, a pedido do Sr presidente, leu a nota de repúdio. Segue a íntegra. **Moção de repúdio.** “O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, CONANDA, reunido na sua centésima vigésima quarta assembléia ordinária, tomando conhecimento dos fatos violentos ocorridos nos estados do Pará e Goiás envolvendo trabalhadores Rurais e sem teto na luta pela questão social da propriedade em que vidas foram ceifadas, famílias estão desabrigadas e crianças e adolescentes encontram-se desabrigados sem amparo e muitas separadas de seus familiares. Neste sentido, esse colegiado vem de publico manifestar seu repúdio a todos esse atos violentos que estão transformando o estado brasileiro em um palco de tragédia e morte, ao mesmo tempo em que clama por imediatas medidas que apurem os fatos e que responsabilize os culpados. No cumprimento de seu papel da luta pela garantia dos direitos da criança e adolescente solicita-se que sejam providenciadas urgentes, medidas que resgatem o estado democrático de direito a paz, o respeito dos direitos humanos e a justiça social, garantido-se com isso, a prioridade dos direitos da criança e do adolescente”. Brasília, dezesseis de fevereiro de dois mil e cinco. Assinado, Sr José Fernando da Silva, presidente. Após alguns ajustes, a nota foi aprovada. Na seqüência, o Sr **presidente** passou para os **relatos da Comissão de Políticas Públicas.** A conselheira **Antônia** disse que o primeiro ponto discutido na comissão foi com relação ao Programa Nacional de Inclusão de Jovem, o Pró-Jovem e o Conselho Nacional da Juventude. Esclareceu que houve um contato com o secretário Beto Kury que fez um relato do programa. Disse que a proposta da comissão era de convidar o secretário para fazer uma apresentação e conceder esclarecimentos sobre o Pró-Jovem na plenária de abril. Falou ainda do impasse com relação à faixa etária dos adolescentes e afirmou a necessidade de uma executiva para articular ações governamentais pulverizadas voltadas para a juventude. A conselheira **Elisabete** registrou sua indignação a respeito do caso. Disse que todos os movimentos de defesa de políticas sociais da seguridade social nesse país, sempre condenou a pulverização. Ela solicitou que constasse em ata a palavra “monstrengo” ao definir a questão e lamentou que o Ministro Patrus Ananias tenha assinado a Medida Provisória tendo por base o que o Ministério dele luta em outra direção. O Sr **presidente** encaminhou para que o debate ficasse para a plenária de abril. Ainda no relato dos resultados da comissão, a conselheira **Antônia** apresentou a sugestão que o Conanda estivesse com participação oficial na Conferência Nacional de Igualdade Racial que acontecerá em junho deste ano inserindo a questão Quilombola. Fez um relato de que a Seppir está disposta a fazer uma articulação com o Conanda para a capacitação de conselhos tutelares. Pediu que a Seppir fosse convidada para expor a proposta e que se colocasse isto na pauta da próxima reunião. Outro ponto debatido, segundo ela, foi sobre a proposta de realização de um seminário para apresentar o trabalho das pesquisas do abrigo da rede SAC do Ministério do Desenvolvimento Social. Seria, explicou ela, uma comissão interinstitucional, criada por Decreto, da qual participam os Três Poderes da República, organizações não governamentais e conselhos, com o objetivo de apresentar um plano de ação e de diretrizes para a defesa, garantia e promoção dos direitos à convivência familiar e comunitária. No ponto seguinte, sobre a articulação com o CONADE, a coordenadora da Comissão Thereza Lamare disse que a proposta era de se constituir um grupo de trabalho para discutir uma proposta comum entre os dois conselhos com a composição de quatro representantes, dois do Conanda e dois do CONADE. Indicaram as conselheiras Cleide e a Beatriz como representantes do CONANDA, que ficaram de entrar em contato com o CONADE e acertar a criação do GT. Quanto a seqüência do Trabalho Aprendiz, disse que a comissão ficou encarregada de fazer uma compatibilização entre o Decreto e o que foi tirado da oficina do Aprendiz. Já com relação a representação do Conanda, disse que a proposta era substituir os conselheiros que deixaram o conselho. O conselheiro Antonio substituiu a conselheira Izabel, a conselheira Tereza substituiu

a conselheira Raquel, com o auxílio da conselheira Maria Luiza, a conselheira Maria Luisa no comitê nacional. A conselheira Beatriz substituiu a conselheira Raquel no GT sobre o registro civil de nascimento. A conselheira Enid substituiu, junto com a conselheira Maria das Graças, no comitê intersetorial de abrigos. A conselheira Beatriz substituiu a conselheira Laura no Fórum Nacional de Saúde Mental. No ponto seguinte, sobre o plano Presidente Amigo da Criança, a comissão sugeriu que o Conanda aprofundasse o debate sobre o relatório e que fosse criado um GT, para ser analisado e definido os encaminhamentos que o Conanda daria sobre o assunto. O último ponto discutido na comissão, segundo ela, foi quanto a entrega de relatórios semestrais. A intenção, segundo a comissão, é entregar o balanço de dois mil e quatro até abril e um relatório seguinte em agosto, antes da Conferência. O conselheiro **Antônio** pediu para que fosse registrada a informação de que a reunião da CONAETI seria no dia vinte e quatro. Em seguida, o Sr **presidente** sugeriu, com relação à apresentação do relatório do plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, que se fizesse uma avaliação semestral e outra anual, com projeções até dois mil e sete. A conselheira **Margarida** disse que o governo tem como prioridade os programas da infância que estão, inclusive, sendo acompanhados pela sub-chefia da Casa Civil. Lembrou que a plenária já havia decidido, em outra oportunidade, que haveria representantes do Conanda na Rede de Monitoramento. Disse que o Conanda ficaria mais forte se intensificasse o monitoramento das ações políticas públicas do governo para a política da infância e da adolescência. O conselheiro **Amarildo** disse que a Casa Civil deveria dar uma maior visibilidade ao plano. A conselheira **Maria de Lourdes** disse que o monitoramento ajudaria a provocar melhorias de políticas e apoiou a proposta da constituição do GT para o Presidente Amigo, para definir detalhes de criação do sistema de monitoramento Conanda. O Sr **presidente** orientou que todos os conselheiros analisassem detalhadamente o documento e encaminhou que na plenária de abril aprofundassem o debate. Em seguida, compôs o grupo de trabalho que foi formado pelo próprio presidente com o conselheiro Hans, a conselheira Maria de Lourdes, a conselheira Jô, o conselheiro Renato e o conselheiro Amarildo. O conselheiro **Amarildo** disse que o grande elo na área de políticas públicas para integrar as políticas públicas era a própria sociedade civil e insistiu que o plano era um instrumento que a sociedade pudesse se apropriar e começar a fazer esse debate, já que o governo tem limitações. A Sr<sup>a</sup> **Graça** fez um informe sobre a publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e Infanto-juvenil informando que o convênio que existe para publicação terminaria em fevereiro, mas que a comissão responsável por esse plano ainda não tinha terminado a revisão, por conseguinte a comissão propôs que se fizesse o aditamento do convênio por mais três meses. O conselheiro **Amarildo** informou que o conselheiro Mario Mamede tinha ligado para passar o informe do Ministro que estava em Goiânia. Segundo ele, o Ministro reafirmou que a situação era realmente grave e que o número de mortes era de três, sem nenhuma criança e adolescente. O Sr **presidente** apresentou a posição da comissão de Legislação, que se fizesse na plenária de março a exposição detalhada de quarenta e cinco minutos, pela Sr<sup>a</sup> Marta identificando a posição do Conanda sobre o Projeto de Lei da Adoção. Em seguida, leu a moção de apoio quanto o caso do CAJE. **Moção de Apoio.** Na condição de presidente do Conselho Nacional de apoio a Criança e Adolescente, Conanda, conforme deliberação da plenária da centésima vigésima quarta Assembléia ordinária realizada nos dias quinze e dezesseis de fevereiro de dois mil e cinco, no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, venho pela presente manifestar o apoio do Conanda ao relatório da Comissão Especial criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para apurar denúncias de violação dos direitos humanos no Centro de Atendimento Juvenil Especializado no Distrito Federal-CAJE. Brasília, dezesseis de fevereiro de dois mil e cinco. José Fernando da Silva, presidente. Ainda com a palavra, a conselheira Marta Tonin, disse que ficaria para participar da reunião do CDDPH no dia seguinte para entregar a moção de apoio. Sugeriu que se substituísse o conselheiro Jecimar, representante do Conanda na comissão especial, pela conselheira Marta e que fosse eleito presidente da comissão o conselheiro Mario Mamede.

Passou-se então para os **relatos da Comissão de Comunicação e Articulação**. A conselheira **Maria De Lourdes** sugeriu pautar, dentro das medidas sócio-educativas, a questão da FEBEM/SP para a próxima plenária. Sugeriu agendar uma audiência do Conanda com o governador do Estado de São Paulo e com o presidente da FEBEM de São Paulo para discutir as questões mais urgentes e as denúncias de torturas. Disse que, por conta da ausência de alguns conselheiros governamentais, houve prejuízos nos debates da comissão. A respeito dos parâmetros de criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos, disse que havia sido entregue uma primeira versão da proposta e que não houve retorno de contribuições dos conselheiros para o documento. Assim foi estipulada uma nova data, quatro de março, para receberem as contribuições e concluir o documento. Quanto à proposta de parâmetros para a formação continuada, informou que o título foi substituído por parâmetros de capacitação. Também este foi distribuído aos conselheiros e solicitado o envio de contribuições até o dia vinte e cinco de fevereiro. Ambos documentos ficaram de ser analisados e aprovados na assembléia de março. Quanto à proposta da Fundação ABRINQ na campanha sobre eleições para conselhos tutelares o encaminhamento foi de apoiar a campanha na disponibilização de uma linha telefônica, zero oitocentos, para informações sobre a eleição dos conselhos para informar a data da eleição nos municípios com uma mensagem genérica. Também disse que, com o apoio, se poderia colocar a logomarca do Conanda no material impresso e nos comerciais de TV e rádio. A conselheira **Antônia** esclareceu que a campanha da Fundação ABRINQ era importante por divulgar a eleição direta para a eleição dos Conselhos Tutelares. O Sr **presidente** deliberou pelo apoio do Conanda à campanha. O conselheiro **Amarildo** demonstrou sua preocupação em se colocar o telefone da secretaria, pois receberiam uma grande quantidade de ligações. Sugeriu que os dois aspectos fossem tratados separadamente. Também disse que deveriam, pelo menos o presidente e a conselheira Maria de Lourdes verificar uma versão preliminar do material antes de ele ser mandado para a mídia. Quanto à conferência, pediu que a representação governamental indicasse sugestões para os quatro representantes, antes da próxima reunião. O conselheiro **Amarildo** registrou duas denúncias, uma da Pastoral Carcerária a respeito da Lei de Conflito com os adolescentes no Espírito Santo e outra de São Paulo que foi relatada e não houve tempo para análise. Não tendo mais nada a ser tratado, o **Sr Presidente** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata, após lida e aprovada será assinada pelo presidente.

  
 Nilmário Miranda  
 Presidente